

14/11

## Grupo violentou duas menores

### Índio reclama de atuação da Funai

A ação do grupo paramilitar da aldeia Cerro Marangatu mobilizou a imprensa sul-matogrossense. Fotos de homens armados com revólveres e facões, publicadas na semana passada nos jornais locais, estão sendo utilizadas para comprovar a existência e a atuação dos criminosos. Os denunciante afirmam ter presenciado ou sido vítimas de violências atribuídas aos paramilitares indígenas.

Entre os crimes listados pelos denunciante, há seqüestros, estupros e homicídios. Daniel Nunes e a esposa, Santa Barbosa Vilhalva, dizem que a filha, Isadora Nunes, de 13 anos, foi violentada e morta por asfixia pela milícia no dia 2 de julho. Os pais dizem ainda que foram ameaçados pela família Vilhalva caso a violência fosse revelada. Há denúncia de que uma outra menor, C.S., de 10 anos, foi estuprada por Oldemir Fernandes Vilhalva.

Para o índio Aquino da Silva, que conta ter sido ferido com golpes de faca por Delico Fernandes Vilhalva após insinuar que o denunciaria, a Funai não tomou as medidas necessárias. Ele diz ter procurado a fundação várias vezes pra pedir ajuda.. (S.R.L.)

# Paramilitares indígenas aterrorizam aldeia no MS

Há relatos de estupros, assassinatos e lesões corporais

SIONEI RICARDO LEÃO  
ESPECIAL PARA O JB

**CAMPO GRANDE** - As denúncias de atuação de um grupo paramilitar formado por indígenas da aldeia Cerro Marangatu, no município de Antônio João, a 377 quilômetros de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, estão desafiando autoridades federais e estaduais da região. O Ministério Público da União promete intervir na situação. O assunto foi tornado público por membros da própria aldeia, composta de índios da nação Guarani-Caiová.

Há relatos de violências sexuais, lesões corporais e assassinatos. O capitão (cargo de chefia na aldeia) Loretito Fernandes Vilhalva, e seus filhos Adelo Fernandes Vilhalva e Augus-

to Fernandes Vilhalva, são citados como os principais responsáveis pelos crimes.

A aldeia Cerro Marangatu ocupa terras consideradas de litígio com o prefeito de Antônio João, Dácio Queiroz, pois a comunidade está na Fazenda Fronteira, de 9,5 mil hectares, que pertencem a ele. Para os Guarani-Caiová, no entanto, pelo menos parte da propriedade teria que ser reconhecida como indígena, por uma questão histórica. Eles se instalaram na fazenda em 1998.

Na última quinta-feira, 30 indígenas foram até a cidade de Dourados para pedir providências à Justiça Federal e ao Ministério Público Federal. As

queixas foram ouvidas pelo juiz José Denilson Branco e pelos procuradores da República Ramiro Rockembach e Charles da Motta Pessoa. No Ministério Público Estadual, a promotora de Justiça Tathiana Corrêa Pereira da Silva, sediada em Ponta Porã, declarou ter aberto procedimento para apurar os crimes.

**Chefe da aldeia e seus filhos são citados como os principais envolvidos**

A Polícia Civil em Antônio João revelou que existem dois inquéritos em andamento para averiguar as denúncias. A Fundação Nacional do Índio (Funai), por meio de seu administrador regional da Fundação, Pedro Franco, afirmou estar ciente do problema e garantiu ter pedido ajuda da Polícia Federal.